

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----COMISSÃO EVENTUAL DO PART-----

-----REUNIÃO nº 2 /Ano 2019-----

Data 16/07/2019

Hora de Início 17H10/Fim 17H45

Presenças:-----

Rui Prudêncio-----

João Pedro Gomes-----

Reunião com:-----

Rita Sammer-----

João Rodrigues-----

Presidente da Câmara Municipal,

Teresa Oliveira-----

Sérgio Jacinto-----

Carlos Bernardes-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Aplicação do PART em Torres Vedras-----

Conclusões:-----

- 1- O presidente da comissão, Rui Prudêncio, agradeceu a disponibilidade do presidente da Câmara para a reunião e fez um enquadramento do trabalho que esta pretende desenvolver.-----

Em nome de todos os presentes pediu um ponto de situação sobre a aplicação do PART no Município de Torres Vedras.-----

O presidente da Câmara disse que esta foi uma medida implementada em abril e que é uma experiência recente, principalmente porque com o período de férias de verão os números têm variado. Distribuiu pelos presentes um quadro com os dados existentes e correspondentes aos meses de abril, maio, junho e julho. Neste momento a OesteCIM está a conferir os dados do mês de agosto.-----

Disse ter havido uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente para tentar resolver a questão dos passes sub23 e 4_18.-----

Não existem ainda dados que permitam uma análise real e célere da utilização mas tem sido feito um grande trabalho com vista à integração de bilhética que se prevê implementada até ao final do ano e vai permitir comunicação imediata entre os operadores e a CIM.-----

Deu ainda a indicação de que a Universidade Nova de Lisboa está a fazer um inquérito de satisfação aos utentes e que se aguardam os resultados.-----

Sobre o financiamento, disse que para além do que a OesteCIM recebe do Fundo Ambiental, a AML cofinancia o modelo implementado no Oeste com 200 mil euros. Alertou para a dificuldade acrescida pela falta de indicadores de estabilidade de sustentabilidade do modelo mas que os municípios da OesteCIM julgam que se receita for de encontro ao esperado e a procura se mantiver, haverá condições para continuar a financiar o modelo atualmente aplicado.-----

Aludiu a uma recomendação da Assembleia da República para que se “olhe” para as zonas de fronteira com as áreas metropolitanas, como é o caso do Oeste e de Torres Vedras em particular. Espera que a recomendação seja acolhida e possamos receber boas notícias do novo Governo.-----

Na opinião do autarca, só depois de 1 anos de implementação poderemos ter uma visão geral do impacto do PART mas os indicadores, à data de hoje, parecem demonstrar uma maior procura. Apesar desta tendência, só os dados de validações nos operadores, depois da integração de bilhética, nos poderão dar esses dados de forma concreta.-----

Finalmente, sobre a aplicação do PART na Linha Ferroviária do Oeste - CP, na ligação entre Torres Vedras e Lisboa, disse que os números são muito mais reduzidos (aproximadamente 200 pessoas).-----

Depois dos esclarecimentos prestados pelo presidente da Câmara, a deputada municipal Rita Sammer perguntou como se alojam os valores de comparticipação de a cada Município e da OesteCIM. Em resposta foi-lhe dito que ainda não existem valores, só previsões e essa é só por si uma dificuldade mas, não sendo uma certeza, acredita que poderão ter cabimento. Acrescentou que os passes sub23 e os passes 4_18 serão tratados pela autoridade de transportes, OesteCIM.-----

Novamente no uso da palavra, Rita Sammer questionou, em primeiro lugar, se os problemas com as trocas de linha em viagens de autocarro ficaram resolvidos e, em segundo, se o TUT pode ser utilizado por quem compra o pass municipal. O presidente da Câmara respondeu afirmativamente à 1ª questão, esclarecendo que para um determinado percurso, se existir necessidade de mudar de linha ou de operador, no início existiram realmente alguns problemas mas a questão foi analisada casuisticamente e está ultrapassada. Relativamente ao TUT, disse que o valor é inferior a 30 euros e os descontos não se aplicam. A deputada municipal insistiu na questão e apresentou o seguinte exemplo: “Quem tem pass mensal de Santa Cruz para Torres Vedras depois estaciona à entrada da cidade e tem de comprar o pass do TUT?” O presidente da Câmara disse que iria analisar a situação.

Foi colocada a questão do prazo para a conclusão do estudo de satisfação que a OesteCIM encomendou e o presidente disse que não tinha essa informação e que teria de questionar a CIM.

Finalmente, sobre os números apresentados, vários membros da comissão questionaram o porquê de não estarem desagregados para uma melhor compreensão. Calos Bernardes disse que os dados estão centralizados na CIM, que não tem acesso aos números de uma forma desagregada e tem dúvidas de que existam.

Rita Sammer lamentou a falta de dados num momento em que os orçamentos para 2020 estão “à porta”. O presidente da Câmara voltou a aludir ao período atípico de férias que fazem oscilar bastante o número de utilizadores. Em termos práticos, de abril até agora tivemos apenas 2 meses padrão e 3 meses de férias com uma utilização atípica. Ainda assim, considera que a questão da Recomendação da AR é um sinal importante e que têm de se abrir rúbricas e colocar os valores estimados sob pena de depois não se conseguir alojar o modelo e se perder a oportunidade.

O deputado municipal Sérgio Jacinto defendeu uma solução intermédia entre o bilhete diário e o pass mensal. Sugeriu a recuperação dos passes de 10 viagens ou equivalente.

Foi também levantada a questão dos bilhetes de ida e volta serem válidos só no mesmo dia. Falou-se no exemplo dos trabalhadores com horários noturnos que vão para Lisboa de noite e regressam na manhã seguinte e dos estudantes em fase de exames a quem poderia interessar um bilhete para ir num dia e voltar noutro, numa altura em que não têm aulas, não fazem a viagem diariamente e ficam em Lisboa a estudar ou em convívio.

O presidente da comissão agradeceu os esclarecimentos e informou o presidente da Câmara que este grupo de trabalho tem também reuniões marcadas com a OesteCIM e com a AML para tentar obter uma visão geral sobre a aplicação do PART e poder elaborar um relatório para enviar ao futuro Governo.

a)

